

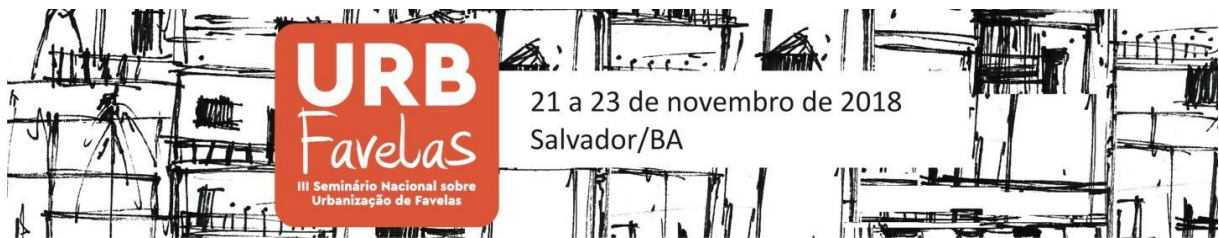
CONSULTÓRIO DE ARQUITETURA E ENGENHARIA: UMA METODOLOGIA VIÁVEL

RESUMO:

O presente artigo pretende apresentar como resultado da experiência de oito meses em campo – nas áreas urbanas de Calabar e Alto das Pombas – uma estratégia de sensibilização e aproximação ali utilizada, como um modelo propositivo possível de ser replicado e customizado em outras áreas ocupadas demandantes de assistência técnica em habitação social. A metodologia proposta foi a montagem do Consultório de Arquitetura e Engenharia (CAE), instalado na biblioteca comunitária local, por meio do qual foi possível realizar entrevistas com os moradores, cadastros, projetos croquis e registros fotográficos das moradias, de sorte a funcionar como um catalisador das ações de graduandos e pós-graduandos na interação e investigação do cotidiano dessas comunidades, ao tempo em que, durante as consultas foi possível realizar orientações, diagnósticos, identificação de problemas e encaminhamentos dessa população. A prestação de assistência técnica, sob tutoria de professores, além da promoção de oficinas ofertadas pelo CAE, teve o intuito de elevar a qualidade das condições de vida local e, em paralelo, incentivar uma aproximação entre universidade-profissional-comunidade ao viabilizar atividades voltadas para ampliar a autonomia técnica e crítica de parte significativa dos habitantes das comunidades envolvidas, cuidando para que as mencionadas áreas não se tornassem mera fonte de pesquisa.

Palavras-chave: Assistência Técnica. Consultório em Arquitetura. Metodologia.

ST-5: Outras Práticas Sociais em Favelas, Bairros e Assentamentos.



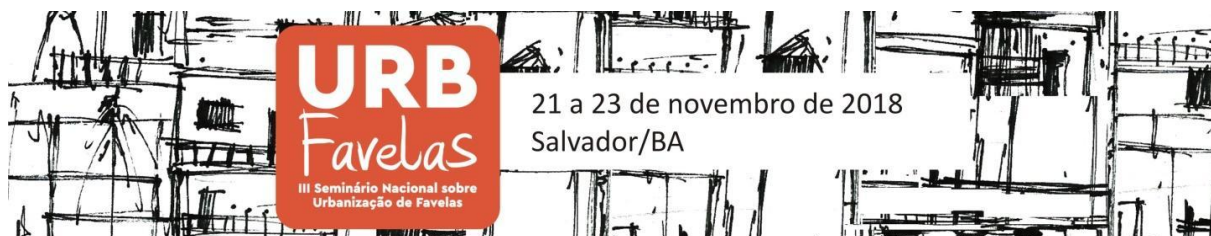
1 INTRODUÇÃO

Essa comunicação tem o propósito de apresentar e refletir sobre a implantação do Consultório de Arquitetura e Engenharia, aqui referido como CAE, e as atividades desenvolvidas pelo mesmo durante a permanência em áreas de população vulnerável.

Entende-se que, atualmente, é possível não somente inserir disciplinas referentes aos temas da habitação popular e social nos cursos de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, como também criar mecanismos de aproximação de graduandos e pesquisadores às realidades material e social de uma ocupação urbana ou assentamento irregular, servindo como substrato para projetos de moradias populares que extrapolem as questões relativas à habitabilidade (salubridade, iluminação, ventilação, problemas estruturais da construção), recorrentes nas moradias das áreas referidas, mas também, promover assistência técnica por meio do atendimento direto às habitações autoconstruídas nesses territórios.

Dessa forma, além de prestar assistência técnica para as questões referentes à habitação de maneira isolada, é possível também, tratar da urbanização que envolve o entorno, ou seja, os espaços públicos - praças, áreas de convívio, escadarias, ruas, vielas e travessas - aqueles locais de uso coletivo da comunidade, uma vez que estes são negligenciados pelo poder público que permite, por exemplo, que a empresa de limpeza contratada não mantenha a coleta de resíduos nas áreas internas e providencie uma varrição precária das ruas, pois apenas contempla os acessos principais, propondo poucas campanhas educativas e ações pontuais de recolhimento de móveis danificados e objetos volumosos, de difícil descarte pela população local.

O CAE, também, oportuniza a estudantes, uma preparação para o desenvolvimento de trabalhos que respeitem a cultura e os hábitos locais e atue como mediador de transformação-integração se utilizando de conhecimento técnico, assumindo o compromisso de possibilitar e incentivar a participação ativa da comunidade em todas as etapas do processo.



2 OCUPAÇÕES E ÁREA DE ESTUDO¹

Figura 1 – Localização do Calabar-Alto das Pombas.



Fonte: METZKER-CASTRO, 2014 (no anexo).

Figura 2 – Panorama sócio-espacial em Calabar-Alto das Pombas.



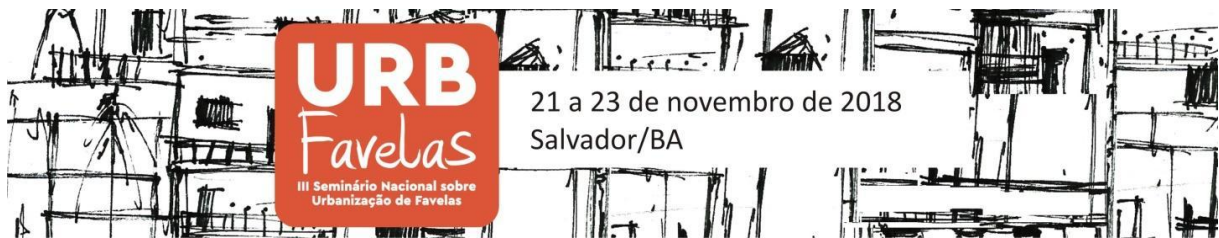
Fonte: METZKER- CASTRO, 2014.

A área pesquisada, Calabar (área 113)² e Alto das Pombas (área 114)³ constitui-se como uma ZEIS I - Zona Especial de Interesse Social, que corresponde aos assentamentos precários - favelas, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais irregulares -, situados em terrenos

¹ Para este item, ver anexos em (METZKER- CASTRO, 2014), com atualizações apresentadas neste trabalho em co-autoria.

² ZEIS I (área 113) Numeração da área, conforme SUCOM - Secretaria Municipal de Urbanismo em 01/07/2016 no PDDU 2016 – ANEXO 03 da Lei nº9069/2016 – Mapa 03: ZEIS.

³ Idem para ZEIS I (área 114).



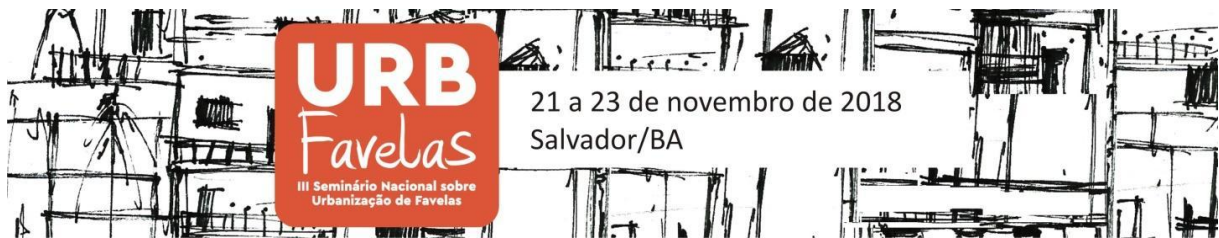
de propriedade pública ou privada onde há manifestação de interesse público em promover a regularização fundiária, conforme a Lei 9.069 DE 30/06/2016 que dispõe sobre o PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU/2016. É habitada há mais de sete décadas, contabilizada pelo IBGE (2010) em cerca de 16.400 mil pessoas (Calabar e Alto das Pombas), em mais de 6.000 domicílios, distribuídas numa área de 22 ha.

O Calabar está situado em um vale, sobre um dos coletores do Rio dos Seixos ou Rio do Vale, com percurso atual pelo Vale do Canela e sob o canteiro central da Avenida Centenário, antes de desembocar no mar, ao lado do Morro do Cristo. Seus limites não são precisos porque na medida em que a atividade aumenta, suas bordas fundem-se à comunidade do Alto das Pombas, que está encravada numa colina, aparentemente, formando uma só ocupação. Sua localização é privilegiada na cidade de Salvador, mas mesmo estando tão próxima a áreas consideradas nobres, situadas a beira-mar, não é servida pela infraestrutura disponibilizada nos bairros do seu entorno.

O início dessas ocupações ocorreu nas décadas de 1940 a 1950, em área vizinha ao Cemitério do Campo Santo, entre os bairros tradicionais da Federação e Barra, mas foi nas décadas de 1950 a 1960 que o Calabar e Alto das Pombas passaram a ter a configuração espacial atual, quando passaram a receber uma população muito maior, com famílias vindas de outros lugares da cidade e do interior do estado, em um intenso processo migratório campo-cidade que ocorria em todo o Brasil (GORDILHO-SOUZA, 2008).

Há duas versões para o aparecimento da ocupação. A primeira se refere ao parcelamento informal da antiga fazenda São Gonçalo que, segundo depoimentos, foi providenciado por algumas famílias que iniciaram suas moradias em áreas mais remotas da mata cerrada e uma segunda versão que é contada pelo historiador Cid Teixeira que, em sua pesquisa, aponta a origem da ocupação a partir de um quilombo de escravos oriundos da região de Kalabari, na Nigéria.

Na década de 1980, o adensamento da área havia dado um salto quantitativo repercutindo na aceleração do processo de verticalização e no aumento do número de edificações com dois e três pavimentos, principalmente, nas principais vias de acesso a ocupação próxima a Av. Centenário e a Av. Sabino Silva. Houve, a partir de então, a redução da área do Calabar,



justamente nesses referidos trechos, pelas pressões exercidas por grupos imobiliários sobre os moradores do local que acabaram vendendo suas terras para a especulação do mercado.

O Calabar possui equipamentos público-comunitários, ainda que não atendam em número e qualidade a todos os moradores. Dentre eles, encontram-se em pleno funcionamento, o Posto de Saúde da Família, a Escola Comunitária, a Biblioteca Comunitária, a Creche Municipal e a Base Comunitária de Segurança (BCS), implantada em 2011, com cerca de 150 policiais treinados em policiamento comunitário.

A comunidade vizinha do Alto das Pombas está localizada numa colina, no bairro da Federação, predominantemente residencial, embora grande parte dos estabelecimentos comerciais esteja localizada em sua via principal, único acesso transitável por veículos, a Rua Teixeira Mendes. As demais ruas possuem saídas, para o Calabar e Av. Sabino Silva, apenas para pedestres.

O lugar é conhecido, também, pela proximidade com o Cemitério do Campo Santo. Inclusive, grande parte dos terrenos onde foram construídas as habitações, inicialmente, no Alto das Pombas e, em seguida, no Calabar, faziam parte da Fazenda São Gonçalo, pertencentes a Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Esta assumiu o controle do Cemitério do Campo Santo, ainda em 1840, a partir da desistência da empresa que assumiu a administração do referido equipamento, logo após uma episódica rejeição das irmandades e confrarias que estavam envolvidas nos rituais funerários.

O nome “Alto das Pombas”, segundo relatam os moradores, se deve ao fato de que no passado, a área ainda arborizada, atraía muitos caçadores de pombos que ali viviam e se alimentavam das espécies frutíferas que encontravam nessas matas, ainda nativas.

O largo principal situado ao final da rua principal é famoso por ser um espaço de eventos musicais, reunião de jovens e mobilização política de grupos e associações comunitárias. A exemplo do Grupo de Mulheres do Alto das Pombas, mais conhecido como GRUMAP, que tem grande importância para os moradores do local, pois reconhecem o protagonismo feminino do grupo, a partir dos resultados concretos obtidos ao longo da trajetória de participação e conquistas sociais e políticas.



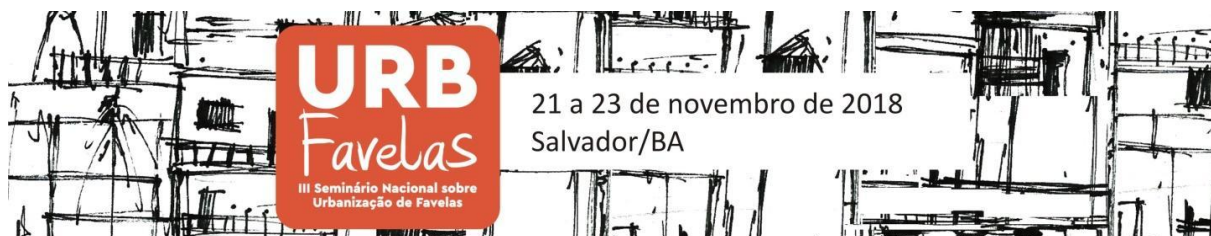
Entre seus principais equipamentos públicos estão a Unidade de Saúde, a Escola Tertuliano de Góes, a Lavanderia Comunitária N. Sra. de Fátima (criada nos anos 50 do século XX) e, também, a Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima, além de alguns terreiros de Candomblé e a Paróquia do Divino Espírito Santo, esta última, realiza um trabalho com a comunidade através do grupo de jovens, da Pastoral da Criança e da Legião de Maria.

Ambos os bairros e suas respectivas comunidades, do Calabar e do Alto das Pombas, encontram-se parcialmente servidas por equipamentos que suprem parcialmente as questões sociais recorrentes, o que expõe uma condição desassistida de políticas públicas, principalmente, no âmbito da assistência técnica em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia.

Quadro 1: Linha do tempo sobre ações promovidas pelo poder público.

Ano	Evento Histórico
1979	Prefeitura Municipal de Salvador anuncia uma nova política para as ocupações sugerindo a remoção dos habitantes do Calabar, porém sem lograr êxito.
1980	Decreto no. 6.037, declarou de utilidade pública para fins de desapropriação uma área de 79.354m ² , correspondente ao Calabar-Alto das Pombas.
1981	Caminhada da Esperança – mobilizou a comunidade, e culminou com o nascimento do Movimento de Luta e Permanência no Calabar.
1981-82	Primeira intervenção da Prefeitura (RENURB) ⁴ , com o programa de obras de urbanização da Rua Nova do Calabar (principal via).
1990	Segunda intervenção na área – prefeitura em parceira com a Fundação José Silveira: elaboração do Plano Integrado do Calabar (metas de valorização e integração à cidade/ ações de saneamento, educação, saúde e habitação).
1998	Última intervenção significativa - Projeto Viver Melhor - retirada da população da área de risco, construção de novas moradias no Jardim das Mangueiras (saneamento, circulação, contenção de encostas e melhorias habitacionais).

⁴ Companhia de Renovação Urbana de Salvador - extinta pela Lei nº 4.343/1991.



2006	Programa de Regularização Fundiária (tentativa frustrada de acordo entre a Sec. Municipal de Habitação e a Santa Casa de Misericórdia - sem avanços no âmbito jurídico).
2011	Instalação da primeira Base Comunitária de Segurança de Salvador (BCS), inserida no programa estadual Pacto Pela Vida – estatística de redução de 90% das ocorrências de violência na área.
2014	A Santa Casa de Misericórdia da Bahia oficializa o processo de doação/permuta ao município, da maior parte da Fazenda São Gonçalo, viabilizando a emissão de títulos de posse dos imóveis construídos doravante em áreas municipais através do programa de regularização fundiária Casa Legal (previsão de seis mil moradias).

Fonte: Elaboração em co-autoria para este trabalho, com base em METZKER-CASTRO, 2014.

2.1 Caracterização Sócio-econômica do Calabar-Alto das Pombas

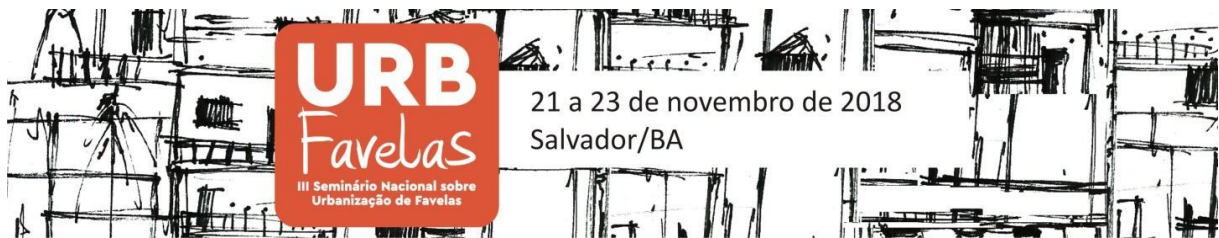
A economia dos bairros do Calabar e Alto das Pombas é movimentada pelo comércio local que é composta de vários pontos comerciais que oferecem diversos tipos de produtos e serviços, desde barbearias a mercearias.

Nas áreas mais afastadas das ruas principais é possível observar condições de vida insalubre, mas, alguns dados, podem ser indicadores de melhoria, pois mais de 80% moram há mais de 10 anos no bairro, 40% dos domicílios são ocupados, em média, por três pessoas, 90% mora em casas próprias, 100% dos domicílios têm energia elétrica e abastecimento de água tratada.

Por outro lado, não há coleta de resíduos sólidos porta a porta, também, não há varrição de ruas internas, mais de 60% dos bueiros estão entupidos. Há casos registrados de infecção respiratória em metade dos domicílios. Esses dados são parte integrante de uma pesquisa de campo realizada em 2014, que envolveu, aproximadamente, 10% da população, realizada pela Ong AVANTE, com o apoio do Fundo de Apoio ao Meio Ambiente (FERFA), para elaboração do diagnóstico participativo com vistas à implementação da Agenda 21 na ocupação.

2 DIAGNÓSTICO SÓCIO-ESPACIAL E AMBIENTAL

Ambas as comunidades ainda não possuem infraestrutura adequada de esgotamento sanitário, abastecimento de água e coleta de lixo, a maioria das vias não é carroçável, constituídas de



travessas e escadarias, muitas necessitam de requalificação da pavimentação e equipamentos de segurança como corrimão e sinalização.

A situação precária das vias dificulta o deslocamento dos moradores, aumenta a insalubridade e impede o trânsito de veículos responsáveis pelo abastecimento do comércio local, além do atendimento de manutenção dos serviços de saúde, energia, água e telefonia. Segundo seus moradores dentre os maiores problemas enfrentados estão a poluição causada pela destinação inadequada dos resíduos sólidos e a poluição sonora.

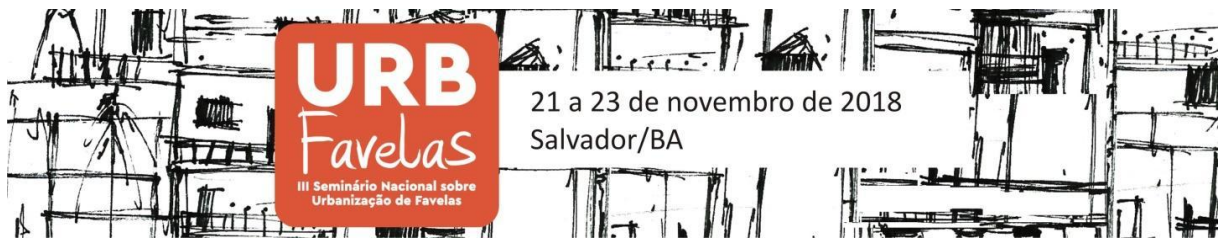
3 METODOLOGIA DE APROXIMAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E ABRANGÊNCIA DO CAE

As dificuldades de aproximação e as diversas carências encontradas nessas comunidades despertaram a busca por uma alternativa de sensibilização. Nesse sentido surgiu a proposta de montagem de um consultório, em local e dias fixos de atendimento, com o intuito de prestar consultas nas áreas de autoconstrução e autogestão dos espaços públicos e privados ali ocupados, de maneira que fosse possível conhecer e reconhecer o território, de forma espontânea e guiada pelas mãos dos próprios moradores.

Dessa forma, a nova estratégia criada foi o Consultório de Arquitetura e Engenharia (CAE), com o propósito de prestar assistência técnica nas questões que envolviam construção, reforma, manutenção, prevenção e regularização de habitações da população do Calabar e extensivamente a comunidade vizinha, o Alto das Pombas.

Inspirada na assistência médica prestada em hospitais e ambulatórios por médicos residentes durante o período de especialização posterior à graduação do curso de medicina, nasceu a ideia de prestar assistência técnica em comunidades por meio dos profissionais residentes do curso de especialização da Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (Residência AU+E⁵). Uma das cinco disciplinas oferecidas no curso - Metodologias e Técnicas para Projetos Participativos - abrange a aproximação à realidade local por meio de encontros e oficinas envolvendo conteúdos apreendidos por meio de experimentações durante

⁵ A proposta foi apresentada e aprovada pela UFBA em 2011 (GORDILHO-SOUZA, 2011). Com a adesão de outros professores da UFBA, foi implantada em 2013 (RESIDENCIA, 2013). Disponível em: <<http://www.residencia-aue.ufba.br>> Acesso em: 20 maio 2018.



a disciplina e estas são amplamente adaptadas durante a prática das equipes no campo (ROCHA e MOURA, 2016). A aproximação e sensibilização promovida por meio da proposta do CAE se configurou como uma dessas adaptações, expandindo o conhecimento ofertado para as condições encontradas no local.

Dessa forma, investiu-se no Consultório para ofertar consultas para atender demandas baseadas nas questões apresentadas pelos próprios moradores, com a implantação de uma unidade permanente de atendimento em um dos equipamentos da comunidade, a Biblioteca Comunitária do Calabar, local para onde os moradores locais, enquanto clientes, dirigiam-se para serem atendidos no consultório, ali instalado.

As consultas envolveram, principalmente, questões referentes à reforma e construção de habitação, problemas com infiltração de água e esgoto, umidade, mofo, trincas e rachaduras, bem como problemas decorrentes da ocupação irregular do território. Os profissionais residentes que atuaram no CAE forneceram não apenas orientações para solucionar pequenos problemas da edificação, mas também projetos de reforma ou mesmo de construção de uma nova moradia.

Com um formato inédito, foi possível promover por meio do CAE, além da aproximação entre residente e morador da comunidade, o reconhecimento do território em questão, uma vez que, acompanhado pelo próprio morador, o residente percorreu diversas ruas, becos e escadarias e teve livre acesso a inúmeras moradias.

Nas diversas visitas e caminhadas a pé pelo local, foi possível perceber problemas relacionados à infraestrutura, como: poluição dos recursos hídricos, drenagem deficiente, acessibilidade restrita devido às más condições de conservação das ruas, iluminação deficiente, falta de definição clara dos espaços públicos e privados, falta de alinhamento das testadas das construções com relação à rua, falta de janelas, escadas muito inclinadas e estreitas, diversas insuficiências construtivas que evidenciaram a falta de conforto e segurança das habitações e a dificuldade de deslocamento.

4 ESTRATÉGIAS DE DIVULGAÇÃO DO CAE

Para captar clientes e dar início ao atendimento no CAE, a divulgação foi feita através da



criação de uma página na internet (Facebook), de cartazes que foram afixados na biblioteca comunitária e em mercadinhos, além de panfletos que foram distribuídos pelos membros da equipe em caminhadas pela comunidade, em eventos locais e posteriormente por alguns agentes comunitários que foram atendidos no CAE.

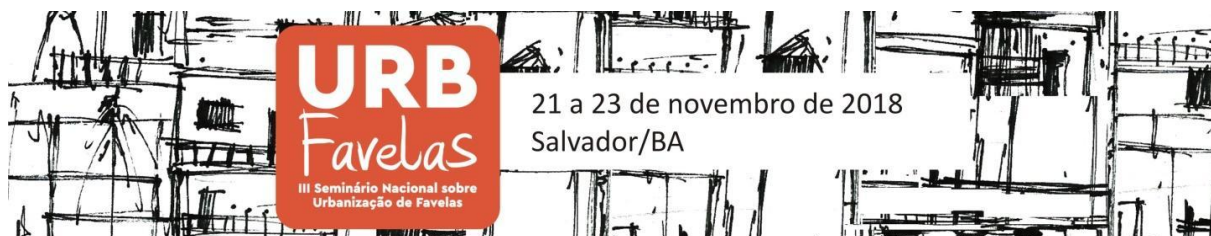


Figura 3 – Logomarca do CAE.

Fonte: METZKER-CASTRO, 2014.

Os cartazes e *flyers* foram importantes ferramentas de divulgação do CAE. Estes continham informações básicas para a consulta e a programação dos plantões dos residentes (4 arquitetos e 1 engenheiro) previsto para o todo o mês subsequente, conforme pode ser constatado a seguir. A informação da gratuidade das consultas provocou uma procura regular do Consultório e facilitou a incorporação no calendário de eventos da biblioteca.

Figura 4 – *Flyer* ou panfleto do plantão mensal do CAE.



Fonte: METZKER-CASTRO, 2014.

O modelo de panfleto, exibido a seguir, teve o objetivo de criar um diálogo mais próximo com a clientela de moradores locais, uma vez que incluía na imagem, como apelo, diversas interrogações e assim, iniciava um inquérito sobre o problema existente no imóvel, ou ainda, despertava a curiosidade sobre algum assunto relativo à construção ou reforma, ao envolver assuntos como infiltração, rachaduras, mofo, drenagem pluvial ou esgotamento sanitário, bem antes do arquiteto ter contato com o morador ou tomar conhecimento da edificação.

Este panfleto foi a maior peça gráfica, sendo produzida em dois tamanhos, nos formatos A3 e A4. Afixado no mural interno e externo da biblioteca, na padaria e, estrategicamente, no mural da Igreja Batista Sião, localizada no centro da maior via da ocupação, a Rua Nova do Calabar. A divulgação também foi feita no espaço do Instituto FATUMBI⁶, organização com ações voltadas para os jovens, que atua no Alto das Pombas.

Figura 5 – Panfleto/Cartaz.

⁶ Instituto Fatumbi promove ações de proteção social básica para crianças e adolescentes, atendimento a famílias e demandas abertas, valorizando vínculos sociais e comunitários utilizando a arte integrada como caminho para novas possibilidades na vida dos beneficiados.

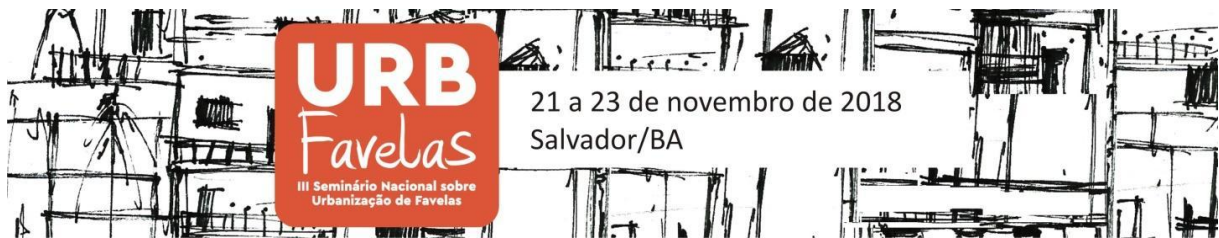


Fonte: METZKER-CASTRO, 2014.

5 PRODUTOS DO CAE EM NÍVEL ACADÊMICO

Ao proporcionar esta experiência junto às comunidades do Calabar e Alto das Pombas, possibilitando criar melhores condições de habitação, saúde e segurança para os moradores e suas habitações atendidas, o CAE viabilizou a realização dos seguintes produtos, no âmbito da extensão universitária:

- Atendimento de assistência técnica às demandas crescentes na área de habitação social;
- Capacitação de profissionais na área de assistência técnica individual à famílias de baixa renda (orientação à autoconstrução e reformas);
- Capacitação para a assistência técnica coletiva (desenvolvimento de projetos para atender espaços públicos e coletivos);
- Fomento de trabalhos e atividades acadêmicas nas áreas de habitação popular e social;



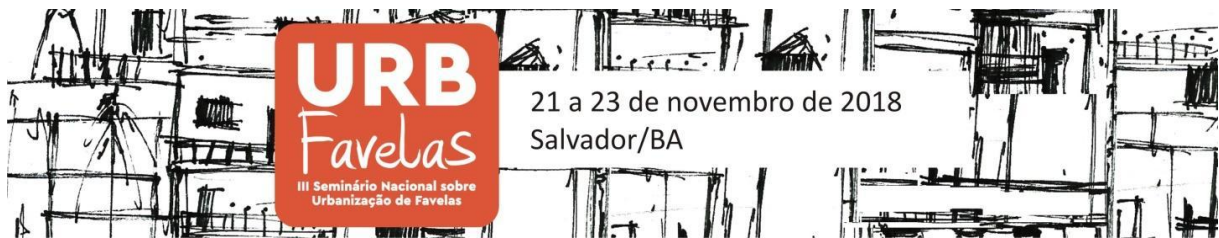
- Geração de mapeamentos, inclusive do diagnóstico técnico-participativo.

Dessa forma, a promoção de iniciativas de extensão universitária deste tipo fundamenta-se no campo da aprendizagem em serviço, proporcionando o desenvolvimento de projetos/produtos de assistência técnica com ênfase no direito à cidade e habitação, no âmbito da Residência AU+E. A experiência do Consultório funcionou, assim, como ferramenta para viabilizar uma primeira aproximação em casos de habitações individuais numa comunidade, servindo de auxílio no diagnóstico das principais demandas, sendo possível, a sensibilização sobre questões técnicas antes não acessadas pelos moradores locais. Além disso, este acesso possibilitou o mapeamento e atualização periódica da quantidade e disposição das ocupações no território, possibilitando análises técnicas continuadas.

6 PRODUTOS DO CAE EM NÍVEIS DAS ÁREAS OCUPADAS

Em nível das ocupações urbanas, comunidades e bairros populares o CAE possibilita:

- Prevenção de práticas que levam a riscos ambientais e aos habitantes dos imóveis;
- Promoção de processo participativo para projeto e implantação das edificações;
- Estímulo à implantação de calhas para águas pluviais e redes domésticas de águas e esgoto, como forma de complementar a infraestrutura urbana e as redes de drenagem e coleta existentes, minimizando o assoreamento e degradação da pavimentação, causados pelos buzinos;
- Orientação quanto ao descarte de resíduos sólidos melhorando a salubridade e reduzindo a proliferação de vetores;
- Orientação aos moradores na autogestão e autoconstrução;
- Orientação quanto à forma de expansão das construções nas áreas;
- Orientação quanto à regularização fundiária;
- Promoção de acessibilidade, priorizando a circulação de pedestres e dos serviços de manutenção e emergência.



7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

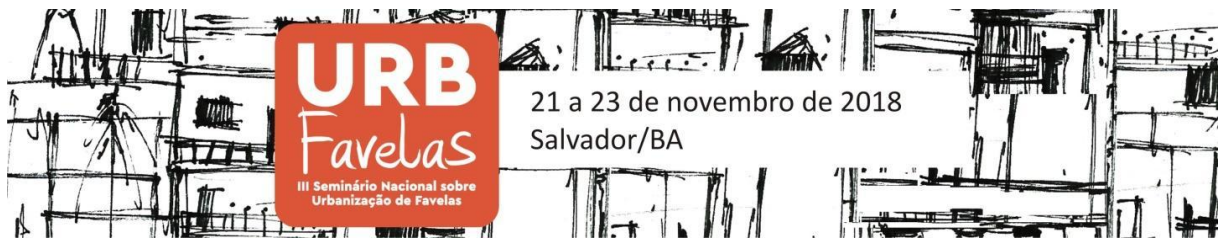
O CAE pretendeu integrar o desenvolvimento de processos de formação profissional e humana, articulada com o contexto social, econômico, ambiental e histórico da área em estudo, encorajando melhorias na sua realidade material e social, além do incentivo à produção de diversos trabalhos, atividades acadêmicas e projetos de pesquisa nas áreas de assistência técnica em habitação de interesse social e direito à cidade.

A ideia é ampliar os conhecimentos e oferecer soluções de problemas concretos de habitação e, por conseguinte, de saúde, com os quais os técnicos, estudantes e pesquisadores se defrontam em sua prática. O maior desafio foi criar um material que não tivesse a pretensão de esgotar esse tema, mas que estimulasse a capacidade de observação, reflexão e crítica, além do aporte plural de saídas.

A implantação de um sistema integrado de prestação de Assistência Técnica direta de forma gratuita é instrumento fundamental para assegurar o direito à moradia digna para a população de baixa renda. A implantação do CAE objetivou uma aproximação entre universidade-profissional-comunidade para, em seguida, viabilizar, através de projetos, palestras, cursos, oficinas e cartilhas, a autonomia técnica e crítica, de parte significativa dos habitantes das áreas envolvidas.

O envolvimento dos profissionais em nível local é fundamental para efetivar programas sociais a partir das demandas advindas dos diagnósticos técnico-participativos do ambiente estudado e para fomentar a troca de informações em níveis nacionais e internacionais, fortalecendo as iniciativas de cada região e uma maior abrangência das políticas públicas.

A montagem do Consultório, as consultas oferecidas ao público local, o diagnóstico da habitação e entorno, as propostas e os encaminhamentos são parte de um projeto maior de inserção dos arquitetos e profissionais de áreas afins nas comunidades de forma a naturalizar a assistência técnica nas áreas das ocupações informais e qualificar as relações funcionais da área com o tecido urbano do entorno.



REFERÊNCIAS

- BUENO, Laura Machado de Mello. **Projeto e favela: metodologia para projetos de urbanização**. Tese de doutorado apresentado à FAUUSP, São Paulo, 2000.
- BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em 20 jun 2018.
- CONCEIÇÃO, Fernando. **Cala a boca, Calabar!** 1986.
- GORDILHO-SOUZA, Angela M.. **Limites do Habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX** - 2. ed. rev. e ampl. - Salvador: EDUFBA, 2008. 496 p.
- GORDILHO-SOUZA, Angela M. **Proposta de Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade** – Implantação de Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia; apresentada ao PPGAU-FAUFBA, 2011.
- METZKER-CASTRO, Constança Gabriela. **Consultório de Arquitetura e Engenharia – um guia de implantação de assistência técnica para ocupações informais**. PPG-AU. Especialização em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade. RAUE - UFBA, Salvador, 2014. 98 p.
- REIS, João José. **A morte é uma festa: Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do Século XIX**. São Paulo. Companhia das Letras, 1991.
- RESIDÊNCIA EM ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA. Especialização em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade. UFBA. 2013. Disponível em <<http://www.residencia-aue.ufba.br>>. Acesso em março de 2018.
- ROCHA, Heliana F. Mettig; MOURA, Maria Suzana. Metodologias Integrativas em Projetos de Assistência Técnica para Comunidades Urbanas. In: **Revista RIGS**, Salvador, v. 5, n. 1, p.153-166, 2016. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/rigs/article/view/12464/11795>> Acesso em: 06/11/2016.
- SALVADOR, Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal da Habitação. **Termo de Referência** – Regularização Fundiária Sustentável das Áreas de Calabar/Alto das Pombas, Gamboa/Unhão, Canabrava e Narandiba (Roberto Santos e Saboeiro), 2006.
- SALVADOR, Prefeitura Municipal de. Lei 9.069 DE 30/06/2016 que dispõe sobre o PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PDDU/2016.